

FELIPE LIMA DE ALMEIDA

Mestre em Direito pela UCAM, Pós Graduado em Direito Público, Professor de Direito Penal e Execução Penal da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – FESUDEPERJ, Professor convidado da FGV Direito-Rio, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro.

CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO NO DIREITO PENAL

Análise crítica da moderna teoria da imputação
objetiva no ordenamento jurídico brasileiro



Rio de Janeiro
2013

1ª Edição – 2013

© Copyright
Felipe Almeida de Almeida

CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

A449c

Almeida, Felipe Lima de

Causalidade e imputação no Direito Penal: análise crítica da moderna teoria da imputação objetiva no ordenamento jurídico brasileiro / Felipe Lima de Almeida. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2013.
278 p. : il.; 23 cm

ISBN 978-85-62027-26-0

1. Direito Penal. 2. Causalidade (Direito). 3. Danos (Direito). 4. Responsabilidade (Direito). I. Título.

13-02507

CDU: 343.2(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

Travessa do Paço nº 23, sala 1.208 – Centro

CEP 20010-170 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

e-mail: contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

INDICE SISTEMÁTICO

| | |
|-----------------------------|------|
| <i>Agradecimentos</i> | VII |
| <i>Prefácio</i> | XIII |
| <i>Apresentação</i> | XV |

| | |
|------------------|---|
| Introdução | 1 |
|------------------|---|

Capítulo I DA TEORIA GERAL DO DELITO

| | |
|--|----|
| 1. Considerações Introdutórias..... | 3 |
| 1.1. Da Infração Penal. | 3 |
| 1.2. A Teoria Geral do Delito. | 4 |
| 2. Do Crime..... | 6 |
| 2.1. Da Conceituação do Delito | 6 |
| 2.2. Do Conceito Formal de Crime | 6 |
| 2.3. Do Conceito Naturalístico de Crime..... | 7 |
| 2.4. Do Conceito Sociológico de Crime..... | 8 |
| 2.5. Do Conceito Material de Crime. | 8 |
| 2.6. Do Conceito Analítico de Crime. | 9 |
| 3. Da Evolução dos Sistemas Conceituais do Delito | 12 |
| 3.1. Escola Clássica..... | 13 |
| 3.2. Feuerbach | 15 |
| 3.3. Hegel | 16 |
| 3.4. Positivismo Naturalístico | 20 |
| 3.5. Sistemas Causais | 21 |
| 3.5.1. Sistema Causal Naturalista | 21 |
| 3.5.2. Sistema Causal-valorativo | 27 |
| 3.6. A Teoria Fenomenológica do Direito e a Teoria Finalista | 38 |
| 3.7. O Sistema Finalista do Delito | 41 |
| 3.8. Críticas ao Sistema Finalista | 51 |
| 3.9. Teorias Sociais da Ação..... | 53 |

| | |
|---------------------------------------|----|
| 4. A Teoria Finalista no Brasil | 56 |
|---------------------------------------|----|

Capítulo II DO NEXO CAUSAL

| | |
|---|-----|
| 1. Considerações Introdutórias..... | 59 |
| 2. Do Nexo de Causalidade..... | 63 |
| 3. Teoria da Equivalência dos Antecedentes Causais | 69 |
| 4. Teorias Individualizadoras da Causalidade (ou da Responsabilidade). | 73 |
| 4.1. Teoria da Causalidade Adequada | 73 |
| 4.2. Teoria da Relevância Jurídica | 78 |
| 4.3. Outras Teorias Individualizadoras Menos Representativas | 82 |
| 4.3.1. Teoria da causa humana exclusiva..... | 83 |
| 4.3.2. Teoria da condição perigosa | 84 |
| 4.3.3. Teoria da eficiência | 85 |
| 4.3.4. Teoria da qualidade do efeito..... | 87 |
| 4.3.5. Teoria da preponderância..... | 88 |
| 4.3.6. Teoria da causalidade racional..... | 89 |
| 4.3.7. Teoria da causa próxima | 90 |
| 4.3.8. Teoria da tipicidade condicionada | 91 |
| 4.3.9. Teoria da causalidade jurídica | 92 |
| 4.3.10. Teoria da causa típica..... | 92 |
| 4.3.11. Teoria da causalidade humana representável..... | 92 |
| 5. Nosso Direito Positivo – O Nexo de Causalidade e a Imputação no Direito Pênal Brasileiro..... | 93 |
| 5.1. Causa Independente | 102 |
| 5.1.1. Causa Absolutamente Independente..... | 103 |
| 5.1.2. Causa Relativamente Independente..... | 104 |
| 6. Críticas Doutrinárias | 108 |
| 6.1. Regresso ao Infinito x Proibição do Regresso..... | 109 |
| 6.2. Causalidade Hipotética..... | 110 |
| 6.3. Causalidade Alternativa | 113 |
| 6.4. Causalidade Cumulativa..... | 115 |
| 6.5. A Problemática das Concausas..... | 117 |
| 6.5.1. Concausas preexistentes e concomitantes relativamente independentes | 118 |
| 6.5.2. Causa superveniente e a linha de desdobramento físico..... | 123 |

Capítulo III
A TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 127 |
| 2. Antecedentes Históricos..... | 127 |
| 2.1. Platão..... | 128 |
| 2.2. Aristóteles..... | 128 |
| 2.3. Samuel Pufendorf..... | 129 |
| 2.4. Georg Hegel | 131 |
| 2.5. Karl Larenz..... | 131 |
| 2.6. Richard Honig | 133 |
| 2.7. Werner Hardwig | 136 |
| 2.8. Karhs | 137 |
| 2.9. Teoria Finalista e Adequação Social | 137 |
| 3. Claus Roxin e o Princípio do Risco | 140 |
| 4. Linhas Gerais de um Sistema Funcionalista Teleológico (racional)..... | 142 |
| 5. A Moderna Teoria da Imputação Objetiva de Claus Roxin | 145 |

Capítulo IV
OS CRITÉRIOS DA MODERNA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

| | |
|--|-----|
| 1. A Criação de um Risco não Permitido | 151 |
| 1.1. A Exclusão da Imputação nas Hipóteses de Diminuição do Risco | 152 |
| 1.2. Exclusão da Imputação na Ausência de Criação do Perigo | 154 |
| 1.3. Criação de Perigo e Cursos Causais Hipotéticos | 155 |
| 1.4. A Exclusão da Imputação nos Casos de Risco Permitido | 156 |
| 2. A Realização do Risco não Permitido | 158 |
| 2.1. Exclusão da Imputação no Caso de Ausência de Realização do Perigo..... | 159 |
| 2.2. Exclusão da Imputação no Caso de não Realização do Risco Proibido..... | 163 |
| 2.3. Exclusão da Imputação no Caso de Resultados não Compreendidos no fim de Proteção da Norma de Cuidado | 166 |
| 2.4. Comportamentos Alternativos Conforme o Direito e a Teoria do Aumento do Risco..... | 168 |
| 3. Alcance do Tipo | 170 |
| 3.1. Contribuição a uma Autocolocação Dolosa em Perigo..... | 172 |
| 3.2. Heterocolocação em Perigo Consentida..... | 179 |
| 3.3. A Atribuição ao Âmbito de Responsabilidade Alheio..... | 184 |
| 4. Análise Crítica..... | 191 |

| | |
|--------------------|-----|
| Conclusão..... | 201 |
| Bibliografia | 205 |
| Anexos | 213 |